

REVISTA
POLÍTICA HOJE
www.politicahoje.ufpe.br - ISSN 0104-7094

Segunda Edição Nº 23

Artigos

El panorama de los Derechos económicos y sociales en la periferia urbana Brasileña

Guerra Fiscal e o Ativismo Judicial Negativo

Medios, Poder y Política en Brasil

Inovação em Defesa Cibernética Brasileira no contexto Sul-Americano

A Política Externa Brasileira para a África

Dossiês

Atuação da Defensoria Pública da União na Amazônia Legal em Conflitos Coletivos

Implicações da Lei da Ficha Limpa nas Eleições Municipais no Brasil

O Ativismo Judicial Transnacional e a "Transnational Advocacy Network" na Construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

O Judiciário Venezuelano e a Politização da Justiça

O Perigo da Excessiva Judicialização da Política

REVISTA
POLÍTICA HOJE
23

Equipe Editorial:

Editor Chefe

Ernani Carvalho (UFPE)

Editores Assistentes

Lucas Emanuel Silva(UFPE)

Joaquim Araujo Neto (UNIT-AL)

Conselho Editorial:

UNB, Brasil	André Borges	UFPE, Brasil	Marcelo Medeiros
UFRGS, Brasil	André Marengo	UFPE, Brasil	Marcus André Melo
IPESPE, Brasil	Antônio Lavareda	USP, Brasil	Marta Arretche
UFMG, Brasil	Carlos Ranulfo	USP, Brasil	Matthew Taylor
UFBA, Brasil	Celina Souza	UFPE, Brasil	Mauro Soares
FGV, Brasil	Cláudio Couto	UERJ, Brasil	Miriam Saraiva
IBGE, Brasil	Eduardo Leoni	UFRGS, Brasil	Paulo Peres
USP, Brasil	Eduardo Marques	USP, Brasil	Rafael Duarte Villa
UTDT, Argentina	Enrique Peruzzoti	UEL, Brasil	Raquel Kritsch
UFPE, Brasil	Flávio da Cunha Rezende	UFPE, Brasil	Ricardo Borges Gama Neto
FGV, Brasil	George Avelino	UFSCAR, Brasil	Simone Diniz
CIDE, México	Julio Ríos Figueroa	UERJ, Brasil	Thamy Pogrebinski
UDESAR, Argentina	Lucas Gonzalez	UNESP, Brasil	Tullo Vigevani
UNB, Brasil	Lúcio Rennó	USP, Brasil	Wagner Pralon Mancuso
UDESAR, Argentina	Marcelo Leiras		

POLÍTICA HOJE – Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Vol. 23, n. 1, 2014.

13. Ciência Política-Periódicos

REVISTA

POLÍTICA HOJE

Universidade Federal de Pernambuco

Centro de Filosofia e Ciências Humanas – 14º andar. CEP: 50670-901

Tel/Fax: (81) 2126-8283 / 2126-8922;

E-mail: revistapolitica hoje@gmail.com

www.politica hoje.ufpe.br

ISSN 0104-7094

APRESENTAÇÃO

Recursos Naturais e Conflitos

Nesta edição da Revista Política Hoje constam artigos que abordam Direitos Econômicos e Sociais; ativismo judicial; política e os mídias; defesa cibernética; política externa brasileira e um dossiê sobre a judicialização da política e das relações sociais.

Os artigos do dossiê expressam alguns resultados de pesquisas realizadas com o apoio do Programa de Cooperação Acadêmica-PROCAD/CAPES, (2010-2014), realizado entre o programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o da Universidade Federal do Pará (UFPA). O tema do referido PROCAD foi a Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil, o qual foi coordenado por Ernani Carvalho (UFPE) e Celso Antônio Coelho Vaz (UFPA).

Em seu artigo Michelle Fernandez nos apresenta um Índice de Disfrute de los Derechos Económicos y Sociales (IDES) das pessoas residentes nas periferias das grandes cidades urbanas brasileiras. O IDES informa ser incompleto este disfrute, qualificando que no Brasil há uma precária consolidação da democracia.

Leon Barbosa ao analisar as 4.300 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs) demonstra estatisticamente como age o Supremo Tribunal Federal (STF) em litígios fiscais e tributários entre estados entre si e entre eles e a União. Os resultados da pesquisa informam que a ação do STF caracteriza-se por um “ativismo judicial negativo” porque não interfere na arena política o que vai de encontro com as teorias da judicialização da política.

Josuel Hebenbrock, com base nos conceitos de “mediatización y comunicación política” concebidos por Mazzonleni (2010), Ortega (2011), Ruiz (2010), y García (2009), analisa a política no campo mediático e o impacto deste nas sociedades contemporâneas.

A inovação em defesa cibernética é o objeto do artigo de Alexandre Moreira et al. Com base em um survey aplicado para militares do Instituto Militar de Engenharia (IME), do Exército Brasileiro, os autores analisam como está o desenvolvimento da política do Estado brasileiro para este setor.

Jeane Freitas e Wemblley Araújo analisam a política externa do governo brasileiro para a África, destacando a sua ação diplomática do Brasil no âmbito

das missões de paz ONU, no continente africano.

Sobre o teor dos artigos do dossiê, Stanley Fernandes e Maria da Graça Campagnolo analisam da perspectiva dos conflitos coletivos a atuação da Defensoria Pública da União na Amazônia. Para os autores a atuação desta instituição proporciona inclusão no sistema de justiça pela afirmação de direitos e a construção de uma agenda pública de acesso à justiça.

No campo da Governança eleitoral, Rafael Fontes e Edir Veiga explicam as implicações da aplicação da Lei da Ficha Limpa no registro de candidaturas eleitorais nas eleições de 2004, 2008 e 2014. Ao aplicar a referida lei, elaborada por especialistas em direito eleitoral e não em política eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) restringiu o número de candidaturas reduzindo o acesso aos cargos públicos eletivos; reforçou a divisão entre eleitores e eleitos e não pune partidos políticos que admitem candidatos “ficha suja”.

Ainda na perspectiva da judicialização da política, João Élbio Sequeira e Dolores Silva analisam a sua dimensão internacional no plano do direito e da transnational advocacy network. A luz dos conflitos ocorridos na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, os autores concluem que ação das redes dos movimentos sociais transnacionais foi incapaz de obrigar o Estado brasileiro a cumprir as normas protetivas de proteção ao meio ambiente e dos direitos humanos dos povos atingidos pela construção da referida hidrelétrica.

André Oliveira e Carlos Souza analisam a politização do judiciário na Venezuela pelo regime chavista. Como consequência, o judiciário deste país perdeu a sua independência servindo aos fins políticos do governo, sobretudo apoiando o constrangimento político de adversários políticos àquele regime.

Por fim, em torno do tema do dossiê, Loiane Verbicaro e Celso Vaz analisam a ampliação política do poder judiciário no espaço público de participação democrática. Em face do conflito entre a abordagem substancialista e a procedimentalista relativo à judicialização da política, os autores adotam o marco conceitual do substancialismo fraco, o qual conjuga a premissa majoritária a uma democracia constitucional.

Boa leitura!

Belém do Pará, 03 de julho de 2015.

Celso Antônio Coelho Vaz

Professor Associado na Universidade Federal do Pará/Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política

Artigos

- El panorama de los Derechos económicos y sociales en la periferia urbana
Brasileña
Michelle Vieira Fernandez 9
- Guerra Fiscal e o Ativismo Judicial Negativo: Mapeando o Conflito Federativo
no Supremo Tribunal Federal
Leon Victor de Queiroz Barbosa 43
- Medios, Poder y Política en Brasil: Elecciones presidenciales / 2010
Josuel da Silva Hebenbrock 67
- Inovação em Defesa Cibernética Brasileira no contexto Sul-Americano
**Alexandre Santana Moreira, Sandro Silva Cordeiro, Hermes Leôneo Menna
Bezerra Mello e Moacir Fabiano Schmitt** 87
- A Política Externa Brasileira para a África: o envolvimento do Brasil nas
operações de paz como instrumento de inserção internacional no continente
africano
Jeane Silva de Freitas e Wemblley Lucena de Araújo 105

Dossiês

- Atuação da Defensoria Pública da União na Amazônia Legal em Conflitos
Coletivos
Stanley Botti Fernandes e Maria da Graça Campagnolo 125
- Implicações da Lei da Ficha Limpa nas Eleições Municipais no Brasil
Rafael Fontes do Vale e Edir Veiga Siqueira 147
- O Ativismo Judicial Transnacional e a “Transnational Advocacy Network” na
Construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte
João Elbio Sequeira e Maria Dolores Silva 177
- O Judiciário Venezuelano e a Politização da Justiça
André Silva de Oliveira e Carlos Augusto da Silva Souza 203
- O Perigo da Excessiva Judicialização da Política: o Debate entre
Substancialistas e Procedimentalistas
Loiane Verbicaro e Celso Vaz 223



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Departamento de
Ciência Política

Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política

